



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 26 de agosto de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,04% São Paulo	134.666	R\$ 5,414 (-0,2%)	R\$ 1.518	R\$ 6,287	14,90%	14,91%	0,56
0,77% Nova York	138.025	19/agosto 5,500					0,43
	20/8 21/8 22/8 25/8	20/agosto 5,472					0,26
		21/agosto 5,479					0,24
		22/agosto 5,425					0,26

» CB.Poder | WOLNEY QUEIROZ | MINISTRO DA PREVIDÊNCIA

Para o ministro, o PL, que proíbe o desconto em folha por associações e sindicatos, pode enfraquecer entidades sérias. Ele também acha temerário que o INSS tenha que ressarcir eventuais fraudes em empréstimos consignados, caso o banco não o faça

“Projeto de lei do consignado preocupa”

» RAFAELA BOMFIM*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, detalhou ontem, em entrevista ao programa CB.Poder — parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília, os desafios e avanços na proteção aos aposentados. Entre os temas abordados, estão o Projeto de Lei 1546/2024, que redefine responsabilidades financeiras de bancos e protege beneficiários, a CPMI do INSS, e a modernização do atendimento aos segurados, incluindo parceria com os Correios. A votação deve ocorrer amanhã. Temos pouco tempo para debater, porque o projeto mexe com temas relevantes e precisa ser analisado com cuidado.

O governo está preocupado com o Projeto de Lei 1546/2024, que proíbe os descontos automáticos por associações e sindicatos na folha de pagamento de aposentados e pensionistas. Por quê?

O PL reúne pontos importantes, como empréstimo consignado, desconto associativo em folha, definição do teto de juros e responsabilização por fraudes. Mas o PL preocupa. O primeiro ponto é o fim do desconto em folha por associações, algo criado pelo Parlamento em 1991. É preciso avaliar se essa mudança faz sentido. Outro ponto é a criação de um vale, que permite ao aposentado pedir adiantamento do benefício sem juros. Parece uma boa ideia, mas envolve 40 milhões de beneficiários por mês, então precisamos definir critérios claros. Também preocupa a transferência da definição do teto do consignado para o Conselho Monetário Nacional, que tem só três integrantes. Hoje essa decisão é do Conselho Nacional de Previdência Social, onde há representantes do governo, trabalhadores, empresários e aposentados. Preocupa porque o CNPS tem uma participação maior da sociedade, enquanto o CMN são apenas três pessoas. Por fim, o parágrafo 1º do artigo 3º estabelece que a instituição financeira é responsável por fazer o ressarcimento ao beneficiário, mas se ela não fizer em 30 dias, o INSS o fará. Não me parece adequado jogar essa carga para o INSS, quando o INSS é mero intermediador. São dois entes que estão ali, o banco de um lado, o segurado ou beneficiário do outro e o INSS é só um instrumento pelo qual se faz o pagamento. Então, não me parece justo que o INSS fique com esse ônus.

Há críticas que dizem que esse é mais um mecanismo para privilegiar os bancos e punir os sindicatos. Não dá para adiar esse debate? Não seria prudente o governo trabalhar para que o projeto de fato atenda os interesses dos aposentados e não de banqueiros?

Sim. Sem dúvidas, há pessoas que dizem que por trás desse projeto há uma tentativa ideológica de se pôr fim ao financiamento sindical. Isso, então, atingiria a base eleitoral do presidente Lula. Por trás da defesa dos aposentados e do INSS tem um desejo de setores do Congresso, — eu não falo do relator,

nem do autor do projeto — há setores que desejam asfixiar o financiamento dos sindicatos e dessa base sindical do presidente Lula. Nós não estamos falando de entidades fraudulentas. Essas têm que ser banidas e responsabilizadas e o patrimônio delas tem que pagar o ressarcimento que tá sendo feito aos aposentados. Eu estou falando de entidades sérias, com décadas de funcionamento e que precisam e ser separadas aí o joio do trigo.

Sobre a CPMI do INSS, o cenário mudou na escolha dos membros. Como isso afeta a estratégia do governo?

Não conto com a escalção do time da CPMI, nunca contei com nomes específicos da CPI. Preparamos nosso dever de casa, abrindo os dados do INSS para a CPMI, porque nos interessa elucidar os fatos. Temos uma boa linha do tempo: quando começaram os descontos indevidos, como as associações fraudulentas se entranharam no INSS e como combatemos as fraudes, incluindo o ressarcimento de 77% dos aposentados afetados, já pagos em parcela única e corrigidos pelo IPCA. O governo tem uma linha do tempo muito favorável. Espero que a CPMI seja conduzida de forma técnica e imparcial. Se a CPMI for conduzida com equilíbrio, com respeito, com a devida parcimônia, em observar o rito, em observar a liturgia, em observar os critérios de relacionamento de urbanidade entre os membros do Senado e da Câmara, vamos ter uma CPMI com resultados favoráveis para o governo, para a sociedade, para imprensa e sobretudo para aqueles que precisam do INSS, da Previdência Social.

O Ministério está preparado para responder às demandas que virão da CPMI?

Sim. É legal, é institucional, é constitucional. Porém, é um desperdício de energia que nós temos que desprender para responder esses requerimentos. Já recebemos 40 pedidos de informação, cada um deles tem 30, 40, 50 questões. Tivemos que deslocar um time de servidores para isso. Mas o Ministério está aberto a responder tudo e a colaborar com boa vontade. Quanto mais verdade, melhor para nós. Quanto mais verdade for apresentada, melhor para todos.

Sobre digitalização e modernização das agências. Como está esse trabalho?

A operação de ressarcimento dos valores realizados, presencialmente nos Correios, trouxe uma grande lição. Achávamos que responderia a 2%. Na verdade, correspondeu a 28%. Isso mostrou que o público prefere o presencial. O

público quer atendimento olho no olho. Precisamos humanizar o atendimento, acabar com o home office, trazer servidores de volta e reforçar a presença física.

Esse aumento da procura presencial mudou a visão do Ministério sobre atendimento?

Sim. O atendimento deve ser cuidadoso, com paciência, olho no olho. Por enquanto, estamos usando as agências dos Correios para o ressarcimento, mas acredito que mais na frente a gente possa fazer uma parceria com os Correios. Uma ideia seria que a gente possa fazer com que os servidores do INSS atendam nos Correios, de forma que a gente possa ter uma parceria, com uma capilaridade maior, porque os Correios estão em todos os municípios do Brasil, enquanto a Previdência Social tem cerca de 1500 agências, uma parte dela está fechada.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Não conto com a escalção do time da CPMI, nunca contei com nomes específicos da CPI. Preparamos nosso dever de casa, abrindo os dados do INSS para a CPMI, porque nos interessa elucidar os fatos. Temos uma boa linha do tempo: quando começaram os descontos indevidos, como as associações fraudulentas se entranharam no INSS e como combatemos as fraudes”

Essas medidas não atrapalham o acesso ao crédito para aposentados?

Podem atrasar um pouco, mas é necessário para garantir segurança. Os bancos reclamam do volume menor de empréstimos, mas o sistema agora é mais seguro, protegendo o aposentado.

Como a credibilidade do INSS impacta a Previdência como um todo?

É crucial. O sistema paga 40 milhões de benefícios e conta com 60 milhões de contribuintes. Se a população perder confiança, as contribuições caem e o sistema de proteção social fica ameaçado. Precisamos fortalecer a imagem do INSS e da Previdência, assim como se fez com o SUS.

Há planos de educação previdenciária para jovens?

Sim. É preciso conscientizar a juventude sobre a importância de contribuir para garantir aposentadoria e proteção social futura, além de evitar precarização no trabalho.

Como vê o futuro do trabalho e do microempreendedorismo em relação à Previdência?

O trabalho informal e o microempreendedorismo sem contribuições podem levar à precarização e dependência da assistência social. É preciso reforçar a previdência e conscientizar a população sobre a importância de contribuir.

Quais são os objetivos principais dessas mudanças na Previdência?

Proteger aposentados, evitar fraudes, melhorar atendimento presencial, modernizar serviços, reforçar a credibilidade do sistema e fortalecer a proteção social para todos os brasileiros.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula



O parágrafo 1º do artigo 3º estabelece que a instituição financeira é responsável por fazer o ressarcimento ao beneficiário, mas se ela não fizer em 30 dias, o INSS o fará. Não me parece adequado jogar essa carga para o INSS”